

■ DOSSIÊ - ARTIGOS

■ A visão de alunos e professores de escola periférica em Planaltina-DF sobre a Educação Física na modalidade Educação de Jovens e Adultos

 *Juliane Pereira Gonçalves**
*Rubia Cristina Duarte Garcia Dias***

Resumo: O presente artigo resulta da pesquisa desenvolvida entre 2018 e 2019 e teve como objetivo geral identificar a visão de alunos frequentes do segundo segmento e do professor de Educação Física de escola localizada na periferia de Planaltina-DF sobre como é tratada a referida disciplina no documento Currículo em Movimento da Educação Básica para EJA. Trata-se de um estudo de caso com natureza mista, quali e quantitativa. A coleta de dados foi realizada por meio de questionários com perguntas objetivas e discursivas aos discentes, e de questionário semi-estruturado com o docente. Os resultados nos possibilitaram concluir que a maioria dos alunos pesquisados participam das aulas práticas, e que os mesmos desconhecem os documentos que os amparam legalmente para a não realização das atividades de Educação Física. Outro ponto relevante encontrado na pesquisa foi a ausência de objetivos gerais e específicos para a disciplina de Educação Física, do segundo segmento, que é equivalente às quatro últimas séries do Ensino Fundamental, no documento analisado. Percebeu-se, no entanto que, com um conhecimento geral acerca dos documentos que embasam a disciplina de Educação Física na Educação de Jovens e Adultos, o docente entrevistado busca a realização de aulas com diversos enfoques no sentido de ampliar o leque de atividades a fim de assegurar a participação dos alunos.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Educação Física. Currículo em Movimento da EJA no DF.

* *Juliane Pereira Gonçalves é graduada em pedagogia pela Universidade de Brasília (2017), graduação em Licenciatura Plena em Letras Português/ Inglês pela Universidade Estadual de Goiás (2007), especialista em Educação na Diversidade, com ênfase na Educação de Jovens e Adultos pela Universidade de Brasília (2014), especialista em Educação Física Escolar pela Universidade Federal de Goiás (2019), mestre em Educação e Formação de Adultos pela Universidade do Porto (2020). Professora de Educação básica da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Contato: juliane.pereira@edu.df.gov.br*

** *Rubia Cristina Duarte Garcia Dias é graduada em Licenciatura em Educação Física pela Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão, graduada em Bacharelado em Educação Física pela UNIASSELVI, graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás-UEG. especialista em Gestão Escolar pela FABEC, especialista em Direitos Humanos da Criança e adolescente pela UFG-RC, mestra em História pela Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão. Professora de Educação Física e Professora na Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Catalão-GO. Contato: ruh.garcia@gmail.com*

Introdução

Este artigo resulta de pesquisa desenvolvida sobre a Educação Física no Currículo em Movimento da Educação Básica para Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Distrito Federal - DF e foi produzido como Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação Física Escolar cursado na Universidade Federal do Goiás. A escolha desse tema se deu porque foi identificado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), art. 26, parágrafo 3º, que a aula prática de Educação Física é facultativa ao estudante em alguns casos e que, sob vários aspectos, coincidem com o perfil do aluno da EJA. Assim, percebeu-se a necessidade de se observar como essa questão aparece no cotidiano da escola.

As controvérsias relativas a essa disposição legal ficaram esclarecidas com o Decreto-Lei nº 10.793/03, que define que os alunos com mais de 30 anos, mulheres com prole, trabalhadores com jornada acima de seis horas, militares e pessoas com deficiência sejam dispensados das aulas práticas de Educação Física. Tal questão chama atenção pois a referida disciplina compõe a organização curricular da EJA no Primeiro Segmento (1º ao 5º ano), Segundo Segmento (6º ao 9º ano) e Terceiro Segmento (1º ao 3º ano). No Primeiro Segmento da EJA, a Educação Física consta nas 4 etapas, assim como nas 4 etapas do Segundo Segmento, os quais equivalem ao Ensino Fundamental. As 3 etapas de EJA do Terceiro Segmento também oferta a disciplina de Educação Física. Assim, cabe investigar como os professores de Educação Física e os estudantes lidam com essa questão no cotidiano.

Nesse sentido, a proposta foi de realizar pesquisa de campo que propiciasse conhecer as estratégias utilizadas pelo docente para levar os estudantes a realizarem atividades práticas da disciplina de Educação Física, mesmo não sendo obrigatória.

Percebe-se a necessidade de os professores de Educação Física trabalharem em suas aulas com aspectos e fundamentos que estimulem os alunos a quererem participar das aulas práticas de forma voluntária e por iniciativa pessoal. Mas será que os professores estão preocupados em inserir os estudantes nas atividades práticas? E os alunos compreendem a necessidade dessa prática para sua saúde e formação?

A partir de tais indagações apresentou-se o seguinte problema que norteou a pesquisa: Como alunos e professores de Educação Física, do Segundo Segmento da EJA, de escola de periferia lidam com a realização das aulas práticas?

Diante do problema estabeleceu-se como objetivo geral: identificar como a comunidade escolar, em especial os estudantes frequentes do segundo segmento da EJA e o professor da disciplina encaram as aulas práticas de Educação Física levando em consideração as prerrogativas da Lei nº 10.793/03. A escolha pelo segundo segmento se deu por motivos de acessibilidade e conveniência, além de a hipótese pressuposta de que a média de tempo de frequência na EJA dos alunos desse segmento não seria curta demais, como no primeiro, e nem longa demais, como no terceiro, fato que poderia levar ou não os estudantes com mais tempo na modalidade a conhecer as prerrogativas da Lei, bem como os alunos com menos tempo na EJA a não conhecer os direitos.

Os objetivos específicos definidos foram: analisar a proposta do Currículo em Movimento da EJA do DF no que tange à Educação Física; verificar o conhecimento dos estudantes da EJA sobre as leis que os beneficiam para a não realização da prática de Educação Física; identificar como o professor de Educação Física procura motivar os alunos adultos e trabalhadores a realizarem as aulas práticas após um dia longo e cansativo de trabalho.

Avaliamos que essa pesquisa tem relevância acadêmica e social pelo fato de identificar e difundir as estratégias que os professores de Educação Física de EJA vêm adotando para realizar suas aulas práticas, ou seja, pelo compartilhar das experiências coletadas. Assim, ao divulgar os dados referentes à compreensão do professor de educação física e dos estudantes do segundo segmento da referida escola sobre a prática da Educação Física para a EJA, contribuimos com a área de pesquisa e ampliamos os conhecimentos a respeito do assunto.

1. Fundamentação Teórica

A EJA é, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), uma modalidade de ensino destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudo no Ensino Fundamental ou Médio na idade apropriada. Segundo a LDB, Art 37:

§ 1º - Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento¹ (BRASIL, 1996).

Em outros termos, o artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional traz à luz os fundamentos da EJA ao atribuir ao poder público a responsabilidade de oferecer e assegurar o acesso e a permanência do trabalhador na escola. Essa responsabilidade é assegurada por meio de ações integradas, com a oferta de cursos gratuitos aos jovens e adultos, proporcionando-lhes oportunidades educacionais apropriadas, as quais devem considerar as características dos estudantes, os interesses que apresentam, suas condições sociais, de vida e de trabalho, mediante cursos presenciais e exames de conclusão.

Constam nas Diretrizes Operacionais da EJA (DISTRITO FEDERAL, 2014b) que os sujeitos que compõem essa modalidade são pessoas jovens, adultas e idosas da classe trabalhadora, que ao longo de suas histórias, interromperam suas trajetórias escolares em diferentes momentos. Essas pessoas integram os mais diversos grupos sociais e trazem a marca da exclusão social, contudo, buscam os estudos para assegurar a sobrevivência de seus familiares.

Para as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Básica, os cursos de EJA devem ter um currículo flexível para que seja:

I – rompida a simetria com o ensino regular para crianças e adolescentes, de modo a permitir percursos individualizados e conteúdos significativos para os jovens e adultos;

II – provido suporte e atenção individual às diferentes necessidades dos estudantes no processo de aprendizagem, mediante atividades diversificadas;

III – valorizada a realização de atividades e vivências socializadoras, culturais, recreativas e esportivas, geradoras de enriquecimento do percurso formativo dos estudantes;

IV – desenvolvida a agregação de competências para o trabalho;

V – promovida a motivação e orientação permanente dos estudantes, visando uma maior participação nas aulas e seu melhor aproveitamento e desempenho;

VI – realizada sistematicamente a formação continuada destinada especificamente aos educadores de jovens e adultos (BRASIL, 2000, p. 41).

As Diretrizes destacam, portanto, uma concepção ampliada de EJA, no sentido de não limitá-la apenas à escolarização, mas de reconhecer a educação como direito humano fundamental para a constituição de jovens e adultos autônomos, críticos e ativos frente à realidade em que vivem.

O currículo escolar do Distrito Federal é chamado “Currículo em Movimento”. Trata-se de um documento que tem características de ser aberto, democrático, flexível e passível de mudanças, por isso o nome “Movimento”. Além disso, o Currículo em Movimento se apoia na Teoria Crítica e Pós-Crítica que busca questionar a Teoria Tradicional e apresenta a ideia do multiculturalismo, altruísmo e educação integral aos estudantes.

A EJA, segundo o Currículo em Movimento (2014a), é uma modalidade da educação básica destinada ao atendimento de jovens e adultos trabalhadores. Os sujeitos da EJA são definidos como portadores de saberes constituídos nas experiências vividas, que se encontram à margem do acesso aos bens culturais, sociais, econômicos e de direitos. Assim, o retorno à escola se constitui numa possibilidade de alcance do conhecimento formal a fim de uma elevação da escolaridade e, conseqüentemente, uma possível ascensão social e econômica. “A EJA é, com isso, o direito assegurado à classe trabalhadora que durante o dia confia seus filhos e ou familiares à escola pública e à noite busca esta mesma escola para exercer seu direito à educação.” (DISTRITO FEDERAL, 2014a, p. 09).

Conforme o dicionário Houaiss (2009, p.206), currículo é a “programação de um curso ou de matéria a ser examinada”. Tradicionalmente, o currículo significou uma relação de matérias/disciplinas com seu corpo de conhecimento organizado numa sequência lógica, com o respectivo tempo de cada uma grade ou matriz curricular.

Perrenoud (2003) assim o define:

O projeto do sistema escolar encarna-se no seu currículo, conjunto de objetivos e de conteúdos de formação. Apesar das controvérsias a respeito, nunca extintas, o currículo está inscrito em textos que têm força de lei e não podem ser incoerentes, mesmo se subsiste certa margem de interpretação. Parece-me de bom senso tomar o currículo como a referência última, à qual se reportam as formas e as normas de excelência escolar (PERRENOUD, 2003, p. 18).

1.1 O Currículo em Movimento do Distrito Federal

O Currículo em Movimento (CM) do Distrito Federal foi lançado em 2013, com a expectativa de orientar as práticas educativas, atender as especificidades e diversidade dos sujeitos da educação de jovens e adultos, e dialogar com os saberes, culturas e projetos do mundo do trabalho e tecnologias. Sua seleção de conteúdos, seus objetivos e metodologia para seu desenvolvimento constituem posição política, pedagógica e social a ser adotada

Portanto, ao tratar o Currículo da EJA, constitui-se a dimensão de uma modalidade voltada para sujeitos da classe trabalhadora. A EJA requer um currículo que dialogue com as singularidades da pessoa jovem, adulta ou idosa e que incorpore as especificidades e diversidades presentes no universo desses sujeitos, considerando suas origens, culturas, saberes, conhecimentos e projetos de vida. Ao construir um Currículo em Movimento, temos simultaneamente o desafio de recriar um novo jeito de fazer EJA na rede pública de ensino do Distrito Federal. (DISTRITO FEDERAL, 2014a, p. 9-10).

A Organização Curricular contida no documento apresenta para o primeiro e segundo segmentos as áreas de conhecimento constantes no Quadro 1.

Quadro 1 – Organização curricular

Área de conhecimento	Disciplinas				
	Língua Portuguesa	Língua Materna (Indígenas)	Língua Estrangeira Moderna	Arte	Educação Física
Linguagens					
Matemática					
Ciências da Natureza					
Ciências Humanas	Geografia	História			
Ensino Religioso					

Fonte: desenvolvido pela autora, 2021.

O Documento assinala a divisão dos componentes curriculares para o primeiro segmento, e explica que essa etapa serve para a alfabetização dos jovens e adultos:

Ressalta-se que esse processo de alfabetização é iniciado na primeira etapa do Primeiro segmento da EJA e não em uma etapa fora da EJA. Nesse sentido, é fundamental o acolhimento dos jovens, adultos e idosos oriundos de programas de alfabetização, a exemplo do Programa DF Alfabetizado, que tem direito à continuidade dos estudos na rede pública de ensino (DISTRITO FEDERAL, 2014a, p. 29).

O campo da Educação Física da EJA para o primeiro segmento apresenta objetivos gerais, específicos, e os conteúdos a serem trabalhados da primeira à quarta etapa da modalidade, sendo os objetivos gerais:

Promover a integração e a inserção de todos os estudantes nas práticas corporais.

Valorizar, apreciar e desfrutar dos benefícios advindos da cultura corporal de movimento.

Usufruir do tempo livre de lazer, resgatando o prazer como aspecto fundamental para a saúde e melhoria da qualidade de vida.

Valorizar, por meio do conhecimento sobre o corpo, a formação de hábitos de cuidado pessoal (DISTRITO FEDERAL, 2014a, p. 47).

Na Figura 1, é possível identificar a descrição dos objetivos específicos e os conteúdos para a Educação Física no primeiro segmento.

Ao buscarmos as mesmas orientações, referentes ao campo da Educação Física, para o segundo segmento, ou seja, para a etapa de 5ª a 8ª, constatou-se que não há. O documento não apresenta a descrição dos objetivos gerais, específicos e conteúdo para a área da Educação Física. Ao terminar as orientações da disciplina de Arte, na página 86, já se inicia a organização curricular de matemática, com seus objetivos gerais, seguidos dos componentes de ciências da natureza, história, geografia e ensino religioso. O documento finaliza com orientações para o segundo segmento na página 108, e logo na página seguinte se inicia o item 5.3, que se refere ao terceiro segmento da modalidade, correspondendo ao Ensino Médio.

O CM para o Segundo Segmento da EJA diferencia e elenca cada etapa e suas disciplinas no item 5.2:

Cada etapa do Segundo Segmento corresponde a um ano/série do Ensino Fundamental, organizados da seguinte maneira:

- 5ª etapa da EJA (equivalente ao 6º ano do Ensino Fundamental)
- 6ª etapa da EJA (equivalente ao 7º ano do Ensino Fundamental)
- 7ª etapa da EJA (equivalente ao 8º ano do Ensino Fundamental)
- 8ª etapa da EJA (equivalente ao 9º ano do Ensino Fundamental)

Os componentes curriculares oferecidos em todas as etapas desse segmento são: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, Língua Estrangeira Moderna (Inglês), Matemática, Ciências, Geografia, História e, opcionalmente, Ensino Religioso. (DISTRITO FEDERAL, 2014a, p. 74).

Figura 1 - Objetivos específicos e os conteúdos para a Educação Física no primeiro segmento

EJA - Primeiro Segmento - 1ª, 2ª, 3ª e 4ª etapas - Educação Física	
Objetivos específicos	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> • Valorizar o estilo pessoal de cada um. • Desenvolver atitudes de cooperação e solidariedade (ajudar o outro, dar segurança, contribuir com um ambiente favorável, etc.). • Desenvolver atitudes dialógicas (favorecer a troca de conhecimento, não omitir informações úteis ao desenvolvimento do outro, valorizar o diálogo na resolução de conflitos, respeitar a opinião alheia). • Respeitar a si e ao outro (limites corporais próprios, desempenho, interesse, biótipo, gênero, classe social, habilidade, etc.). • Valorizar o desempenho esportivo de um modo geral, sem ufanismo ou regionalismo. • Experimentar situações novas ou que envolvam novas aprendizagens. • Valorizar o próprio desempenho em situações competitivas desvinculadas do resultado. • Reconhecer o desempenho do outro como subsídio para a própria evolução e parte do processo de aprendizagem. • Adaptar-se a regras, materiais e espaços visando à inclusão do outro (jogos, ginásticas, esportes, etc.). 	Movimento corporal, esportes e jogos
<ul style="list-style-type: none"> • Valorizar a cultura corporal de movimento como parte do patrimônio cultural da comunidade, do grupo social e da nação: instrumento de expressão de afetos, sentimentos e emoções; possibilidade de obter satisfação e prazer; linguagem e forma de comunicação e interação social. • Compreender os aspectos relacionados à boa postura. • Vivenciar práticas corporais que ampliem a percepção do corpo sensível e do corpo emotivo. • Conhecer os efeitos que a atividade física exerce sobre o organismo e a saúde. • Vivenciar jogos cooperativos. • Participar da organização de campeonatos, gincanas, excursões e saídas de campo dentro do contexto escolar. 	Movimento corporal, esportes e jogos
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender os aspectos histórico-sociais das danças. • Perceber o ritmo pessoal e do grupo. • Desenvolver a noção de espaço e tempo vinculada ao estímulo musical e ao silêncio com relação a si mesmo e ao outro. • Explorar gestos e códigos de diversos movimentos corporais. • Vivenciar o processo expressivo, partindo do código individual para o coletivo (mímicas individuais, representações de cenas do cotidiano em grupo, danças individuais, pequenos desenhos coreográficos em grupo). • Perceber os limites corporais na vivência dos movimentos rítmicos e expressivos. • Vivenciar danças da cultura popular regional, compreendendo seus contextos de manifestação (carnaval, escolas de samba e seus integrantes, frevo, capoeira, bumba-meu-boi, etc.). • Vivenciar as manifestações das danças urbanas mais emergentes e compreender seu contexto originário. • Vivenciar as danças populares regionais nacionais e internacionais e compreender o contexto sociocultural onde se desenvolvem. 	Atividades rítmicas e expressivas

Fonte: Currículo em Movimento (2014a, p. 47-48).

Convém evidenciar que o Decreto-Lei nº 10.793/03, que altera a redação do art. 26, § 3º, da Lei nº 9.394 de 1996, relativo às aulas práticas de Educação Física, define o seguinte:

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação infantil e do ensino fundamental, sendo sua prática facultativa ao aluno:

- I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas;
- II – maior de trinta anos de idade;
- III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;
- IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969;
- V – (vetado);
- VI – que tenha prole.

Nesses termos, podemos considerar que os estudantes frequentes na modalidade EJA se enquadram no perfil citado acima, e que os mesmos têm a liberdade de optar pela prática ou não da Educação Física.

2. Metodologia

O estudo de caso foi realizado em escola localizada no bairro Arapoanga da cidade de Planaltina-DF, Região Administrativa VI do Distrito Federal. A escola possui um regimento escolar aprovado pelo Conselho de Educação do Distrito Federal e funciona em 03 (três) períodos e no noturno atende o segundo e o terceiro segmento da EJA.

A escola possui um regimento escolar aprovado pelo Conselho de Educação do Distrito Federal e funciona em 03 (três) períodos e no noturno atende o segundo e o terceiro segmento da EJA.

O levantamento de dados deu-se por meio de um questionário aplicado na escola com o professor atuante na disciplina de Educação Física e com a participação de 50 estudantes frequentes, dos 180 que eram matriculados, do 2º segmento da EJA, no segundo semestre letivo de 2018.

O questionário configurou-se como a ferramenta adequada ao objeto de estudo, permitindo acessar respostas exclusivas de acordo com as realidades e singularidades dos sujeitos (FLICK, 2014). A escolha por questões abertas se deu pelo fato de a pesquisadora buscar respostas que deixassem os entrevistados mais à vontade e que proporcionassem comentários, explicações e esclarecimentos mais significativos em relação à prática de Educação Física na escola.

O inquérito desenhado ficou com 12 perguntas, de respostas curtas e dividido em 3 dimensões. A primeira delas buscou perceber informações do “perfil individual e familiar” dos estudantes com questões do tipo aberta e de respostas curtas. Buscou-se perceber características sociodemográficas dos alunos, como o gênero, a idade, quantidade de filhos e se trabalhava fora ou prestava serviço militar obrigatório.

A segunda dimensão buscou perceber o conhecimento dos alunos acerca da LDB do CM e do Decreto-Lei nº 10.793/03, com perguntas sobre o que os faziam ou não participar das aulas e se eles gostavam das aulas práticas.

A terceira parte foi composta a respeito de quais eram os motivos e as formas que os faziam participar ou não das aulas práticas e se o professor tinha influência positiva ou negativa nesse processo.

O questionário dos estudantes foi impresso em duas páginas e entregue aos que tiveram interesse em participar da pesquisa, que foi aplicada em 4 dias, de forma presencial e manuscrita.

O inquérito proposto e aplicado ao professor de educação física, constava de perguntas abertas e de livre resposta. Compreendeu questionamentos a respeito do tempo que lecionava para EJA, quantas turmas atendia, se conhecia os documentos basilares da organização curricular para a educação física no DF e se percebia alguma falta ou não de recomendação de objetivos para o 2º segmento. Além disso, o docente respondeu sobre como motivava os estudantes da EJA a participar das aulas práticas e se os métodos equivaliam aos utilizados para motivar os alunos do ensino regular. O documento final ficou desenhado com nove perguntas e foi enviado ao docente por email, que o devolveu com as respectivas respostas.

A pesquisa e seu resultado baseou-se na análise de conteúdo, que consiste na extração de significado relevante da informação e visou alcançar indicadores que permitissem inferir conhecimentos relativos ao conteúdo do material analisado (BARDIN, 1977).

3. Resultados

3.1 Alunos

O questionário buscou identificar a quantidade de estudantes que participavam das aulas práticas, assim como descobrir quais as motivações que os levavam a participar das aulas, se eles conheciam e se utilizavam do Decreto-Lei nº 10.793/03 para não realizar a prática, e se, em caso positivo de realizar a aula prática, quais eram os motivos elencados de maior importância para tal atitude.

Marzinek (2004) em seu estudo, cita a perspectiva de Magjil (1984) sobre motivação “como força interior, impulso, intenção que leva uma pessoa a fazer algo ou agir de uma certa forma”. (p. 18-19).

Vale ressaltar que, conforme Betti (1999), o aluno tem direito à Educação Física como um direito formal e de participação plena, pois ele deve ter acesso a todas as vivências que a disciplina oferece. Nesse sentido, a inclusão dos alunos nas atividades propostas na aulas de Educação Física deve adotar estratégias adequadas.

Dos 50 estudantes pesquisados, 60% participa das aulas práticas sempre, 32% participa às vezes, e apenas 6% não realizam a prática. Nesse quesito do questionário, apenas 2% dos alunos não responderam a pergunta.

Do grupo participante da pesquisa, 78% revelaram que gostam das aulas e da realização da prática na disciplina. Nenhum estudante respondeu que não gosta das aulas práticas, 14% deles responderam que gostam das aulas práticas às vezes. Apenas 8% dos participantes não responderam essa pergunta. Esse dado corrobora com a resposta dada pelo professor, o qual afirma que os alunos nunca optaram pela não realização da prática: “Até o presente momento não, como as aulas seguem uma dinâmica bem variada com seminários, mostras temáticas, rodas de discussão e aulas práticas, os alunos se envolvem sempre”(PEF, 2018)².

A importância da prática da aula de Educação Física foi

exposta por 82% dos alunos que responderam ao questionário, 2% não considera a prática algo de relevante, e 2% acham que a prática é importante às vezes. Dos estudantes que responderam o questionário aplicado, 14% deixaram essa questão em branco.

O Decreto-Lei nº 10.793/03 e o CM são documentos desconhecidos por quase a totalidade dos estudantes da EJA que responderam ao questionário. 82% não conhecem os embasamentos legais, 12% não respondera a questão, e apenas 6% disse conhecer a Lei. No entanto, não souberam ou não relacionaram de forma plausível em quais itens dos direitos eles se encaixam para a não realização da aula prática, por exemplo, o fato de terem filhos ou serem trabalhadores.

Quanto aos motivos que os levavam a participarem das aulas práticas, cujas respostas eram livres, sucedendo assim de forma mais aberta, os alunos elencaram os seguintes itens: saúde, nota, sair da rotina das aulas da escola, obrigação e, finalmente, para “jogar bola”. Por conseguinte, ficou apurado que 45% das respostas apontavam que o motivo de os estudantes participarem das aulas práticas era devido ao fato de fazer bem à saúde. 30% deles afirmaram que a motivação era por ganhar nota, 15% era para sair da rotina de aulas em sala de aula e ir para a quadra, 5% por obrigação, pois obedeciam aos comandos do professor, e os outros 5% era pela vontade de “jogar bola”, atividade que mais lhes interessavam.

Conclui-se que cerca de 20% dos alunos que participam para ganhar nota e por obrigação são os potenciais beneficiários pela Lei, pois enquadravam-se como tendo prole e como trabalhadores, fatos que os dispensariam das aulas práticas, caso tivessem interesse em não realizá-las. Essa parcela deveria ser abordada de outra forma por parte do professor, para que compreendam a cultura corporal de forma mais interessante, para além da obrigação e ganho de nota.

A forma de o professor da modalidade motivar os estudantes a participarem das aulas práticas foi descrita pelos participantes da pesquisa. Foram relatados nas respostas ao questionário incentivos como: conhecimento do corpo, a importância da atividade física para o físico e para a mente, além de o lançamento de notas por participação. Conforme respostas ao que constava no questionário temos:

O professor nos fala da importância da atividade física para a nossa saúde, aprendemos sobre o nosso corpo. Pela primeira vez, estou tendo aulas de educação física de verdade. (aluna de 43 anos, 1 filho, trabalhadora doméstica).

Ele argumenta dizendo que a Educação Física é importante para a nossa saúde, para poder prevenir vários tipos de doenças. (aluna de 38 anos, 4 filhos, dona de casa).

Ele diz que a aula é importante para a nossa saúde, evitar obesidade e doença no coração. (aluno de 48 anos, 2 filhos, zelador predial).

Motiva dando nota de participação. (aluno de 20 anos, sem filhos, trabalhador).

Percebe-se com a pesquisa que a motivação feita pelo professor é de fundamental importância para que os alunos e alunas, mesmo aqueles que poderiam ser amparados por lei, realizem as aulas práticas e constatem a sua importância, conforme

pontua Barbosa (2004), quando afirma que as aulas de educação física de qualidade são as que, através de conteúdos específicos da disciplina, trabalham reforçando a solidariedade, o trabalho em equipe e a resolução de problemas que surjam nas atividades.

3.2 Professor

O professor atua na modalidade EJA há 4 anos e, além do trabalho em outra escola, no turno diurno, leciona na escola em Planaltina, no noturno, com todas as turmas de Educação de Jovens e Adultos, do segundo e terceiro segmento com a disciplina de Educação Física.

Relata conhecer e utilizar o CM por considerá-lo bem completo para a modalidade. Além disso, o profissional revela realizar todos os objetivos que constam no documento durante o semestre letivo:

A estratégia de ensino didática que utilizo me permite trabalhar sempre mais de um objetivo em torno de um tema comum, como foco o desenvolvimento dos projetos principalmente nos temas relacionados a promoção de hábitos de vida saudável, fica mais fácil trabalhar dessa maneira. Portanto, objetivos como promoção da saúde, qualidade de vida, substâncias nocivas, hábitos posturais estão sempre presentes nas nossas discussões (PEF, 2018).

Vale ressaltar que o docente não mencionou a ausência dos objetivos para o segundo segmento da EJA no Currículo em Movimento do Distrito Federal para a disciplina que leciona. A ausência dos objetivos foi constatada no documento citado.

O docente declarou que nenhum dos estudantes da EJA optou pela não realização da prática de Educação Física, levando em consideração a releitura do art. 26 da LDB, que acaba por tornar a prática facultativa no período noturno. Devido ao fato de suas aulas seguirem uma dinâmica bem variada com seminários, mostras temáticas, rodas de discussão e aulas práticas, os estudantes se envolvem, participam e realizam as aulas práticas e teóricas. Mediante o uso de variadas estratégias de aprendizagem, principalmente o ato de relacionar as atividades desenvolvidas com a vida dos alunos fora do ambiente escolar, acredita que são formas de cativar os estudantes para a realização da prática.

O professor avalia que a partir do momento em que os sujeitos da EJA compreendem a importância dos conhecimentos acerca da Educação Física em suas vidas pessoais, esse fato torna mais tranquilo desenvolver os temas necessários, sempre buscando enfatizar a importância da atividade física e do exercício.

Uma frase que é praxe já nas minhas aulas e eles já se acostumaram é: 'se você não tirar tempo hoje pra cuidar da sua saúde, obrigatoriamente terá que tirar tempo para cuidar da sua doença no futuro'. Os alunos entendem e participam (PEF, 2018).

Para além da ênfase na importância da prática de atividades e exercícios físicos, o professor declara trabalhar com jogos e brincadeiras, com temáticas que envolvem as lutas, esportes e ginástica, pois, segundo sua experiência, tornam as atividades mais prazerosas, divertidas e também permite uma modificação

nas regras de maneira mais dinâmica, buscando sempre o envolvimento dos estudantes.

A prática diversificada adotada pelo docente vai ao encontro do que indica Paiano (2009, p. 56), quando diz que "é dever da escola ampliar o leque de atividades a fim de aumentar a participação dos alunos permitindo, na medida do possível, que eles possam sugerir atividades".

O professor mencionou que os conteúdos para a EJA devem ser algo que realmente faça sentido na vida pessoal do estudante, caso contrário eles se desinteressam facilmente. Para o docente não adianta focar em conteúdos que eventualmente sejam cobrados em uma avaliação externa, como o ENEM, por exemplo.

A prática do docente participante da pesquisa demonstrou ser um aspecto importante na análise de motivação dos estudantes. O fato de o professor estabelecer critérios de abordagem voltados para alunos da EJA facilita o desenvolvimento do trabalho proposto nas aulas práticas e o envolvimento da maioria dos estudantes.

Considerações finais

Ao desenvolver esse trabalho buscou-se uma análise mais cuidadosa do Currículo em Movimento do Distrito Federal e da aplicação do Decreto-Lei nº 10.793/03, especialmente no que diz respeito ao 2º Segmento da EJA. Levando em consideração o problema de pesquisa que buscava responder como alunos e professor de Educação Física do Segundo Segmento da EJA lidavam com a realização das aulas práticas da referida disciplina, e como o Currículo em Movimento era seguido, observou-se a utilização do documento e o conhecimento do Decreto-Lei nº 10.793/03 pelo professor.

Com a análise do documento e do Currículo em Movimento ficou constatada a inexistência de objetivos para a disciplina de Educação Física, 2º Segmento da EJA. Contudo, a despeito dessa ausência no documento norteador do trabalho dos docentes, constatou-se a preocupação do professor de Educação Física da EJA em inserir os alunos nas atividades práticas. O docente se apresentou muito disposto a realizar seu trabalho com cuidado, de forma a integrar e estimular seus alunos a participarem das aulas práticas, mesmo os discentes tendo prerrogativas legais para a não realização da mesma.

Apesar de os alunos desconhecerem o Decreto-Lei nº 10.793/03, que os ampara legalmente para a não realização da aula prática de Educação Física, os alunos associam a necessidade dessa prática para sua formação de maneira positiva, pois são bem orientados pelo professor regente da disciplina da referida escola. No entanto, a associação da disciplina a mero conteúdo escolar se finda, pois não compreendem a disciplina como uma oportunidade extra de acessar e desenvolver uma nova cultura corporal, pois a prática de atividade física no contexto escolar não se expande para a vida fora do ambiente escolar. Faz-se necessário a conscientização dos estudantes para a prática para fora dos muros das escolas.

Assim, esse estudo demonstra que a relação professor-aluno é importante para o desenvolvimento da prática das aulas de Educação Física na EJA. Além disso, acentua-se que é importante conhecer a realidade da comunidade para o bom planejamento das aulas, de forma que os alunos amparados

legalmente realizem as aulas práticas de forma consciente e por vontade própria.

Espera-se que pesquisas e estudos com relação aos objetivos

dos documentos continuem sendo ampliadas e compartilhadas para o desenvolvimento de uma Educação de Jovens e Adultos mais completa.

Notas

¹ Parágrafo incluído pela Lei nº. 11.741 de 2008.

² Relato do professor de Educação Física no questionário da pesquisa.

Referências

BARBOSA, Cláudio L. de Avarenga. **Educação Física Escolar: da alienação à libertação**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Edições, 2010.

BETTI, Mauro. Educação física, esporte e cidadania. **Revista Brasileira de Ciências do esporte**, Brasília, v.20, no. 2, 1999, 84-92.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL, **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 01 mar. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.793 de 1º de dezembro de 2003**. Altera a redação do art.26, § 3o, e do art. 92 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, e dá outras providências. Brasília/DF, 2003.

DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Currículo em Movimento da Educação Básica: Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: SEEDF, 2014a. Disponível em: http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/curric_mov/7_educacao_de_jovens_e_adultos.pdf. Acesso em: 08 dez. 2018.

_____, SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos 2014-2017**. Brasília: SEEDF, 2014b.

FLICK, Uwe. **An introduction to qualitative research**. 5 ed. Califórnia: Sage Publications Ltd, 2014.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2009.

MARZINEK, A. **A Motivação de Adolescentes nas Aulas de Educação Física**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Centro de Ciências da Educação e Humanidades, Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, 2004

PAIANO, Ronê. Possibilidades de orientação da prática pedagógica do professor de Educação Física: situações de desprazer na opinião dos alunos. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 5, n. 1, 2009.

PERRENOUD, Philippe. Sucesso na escola: só o currículo, nada mais que o currículo!. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 119, p. 9-27, 2003.